



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 00103/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00112 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Saúde

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Questionamento acerca do Decreto Estadual 64.879, de 20/03/2020 que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19. Demanda Atendida. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 0103/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Saúde, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, mesmo não sendo objeto da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), o órgão respondeu o questionamento. Em recurso, o requerente fez uma consulta. O silêncio do órgão em recurso de 1ª instância motivou o presente apelo, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. O ente, extemporaneamente, encaminhou manifestação da unidade técnica competente da Pasta. Cientificado o solicitante não mais se manifestou.
4. No caso em apreço, observa-se que, mesmo não se tratando de pedido inerente a Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), o cidadão foi atendido em seu pedido.
5. Nesse sentido, cumpre esclarecer, que o sistema SIC.SP recebe demandas relativas a acesso à informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, em atendimento ao disposto no artigo 7º da referida Lei de Acesso à Informação - LAI.
6. Cabe salientar que a Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público acompanha o entendimento já firmado possuem entendimento já firmado pela Controladoria Geral da União, asseverando que *“a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio,*

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

suporte ou formato."(Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorridos: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).

7. O presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175/2015 e pelo aludido Decreto nº 66.850/2022.
8. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, nos termos da legislação vigente que trata de acesso à informação, **não conheço do recurso.**
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público